



MÓVEIS CIMO S.A.: NOTAS INICIAIS ACERCA DO MOBILIÁRIO EM ESCOLAS PRIMÁRIAS CATARINENSES

MÓVEIS CIMO S.A.: INITIAL NOTES ON CATARINENSE'S FURNITURE IN PRIMARY SCHOOLS.

Luiza Pinheiro Ferber¹
luizaferber@hotmail.com

Ana Paula de Souza Kincheski²
anapaulakin@gmail.com

Gustavo Rugoni de Sousa³
gustavorugoni@gmail.com

RESUMO

Tendo como base as noções de cultura material escolar e entendendo as múltiplas possibilidades de leitura que podem ser feitas a partir de um utensílio, o objetivo deste trabalho é sistematizar informações e iniciar uma reflexão que toma por objeto a Fábrica de Móveis CIMO S.A., fundada por Willy Jung e Jorge Zipperer, na década de 1910, em São Bento do Sul, SC. Um conjunto de fontes que nos ajudou a entender acerca da importância desses móveis é composto por documentos encontrados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que revelou relações do Estado com essa fábrica. As reflexões realizadas neste são resultados de atividades do projeto de pesquisa “OBJETOS DA ESCOLA: Cultura Material da Escola Graduada (1874-1950) – 2ª edição (CNPq/FAPESC/UDESC)”.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura • Material escolar • Objetos da escola • Móveis escolares; Móveis CIMO S.A.

ABSTRACT

Based on the notions of material culture of the school and understanding the many ways of reading that can be made from an object, the objective of this work is to systematize information and initiate a reflection that takes as its object the “Fábrica de Móveis CIMO S.A.”, founded by Willy Jung and George Zipperer, in the 1910s, in São Bento do Sul, SC (Brazil). A set of sources that helped us understand the importance of these pieces of furniture are composed by documents found in the Public Archives of the State of Santa Catarina, which revealed relations of the State with this factory. Our reflections on this are the result of activities of the research project “OBJETOS DA ESCOLA: Cultura Material da Escola Graduada (1874-1950) – 2ª edição (CNPq/FAPESC/UDESC)”.

KEY WORDS: Material culture of the school; Objects of the school; School furniture; Móveis CIMO S.A.

1 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pedagoga, com habilitação em Orientação Educacional (FAED/UDESC), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação. Bolsista FAPESC.

2 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pedagoga, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais (FAED/UDESC), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação. Bolsista FAPESC/CAPES.

3 Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Graduado em Ciências Econômicas (UFSC) e Pedagogia, com habilitação em Magistério das Séries Iniciais (FAED/UDESC), mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UDESC. Linha de pesquisa: História e Historiografia da Educação. Bolsista CAPES.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo sistematizar informações e iniciar uma reflexão que toma por objeto a Fábrica de Móveis CIMO (Companhia Industrial de Móveis)¹, fundada por Willy Jung e Jorge Zipperer na década de 1910, na cidade hoje conhecida² como São Bento do Sul, SC (KLOSTERMANN, 2007). A iniciativa se insere num conjunto mais amplo de trabalhos que tomam a cultura material escolar como objeto³ tendo como delimitação temporal o ano 1874 (ano em que a Lei de Obrigatoriedade do Ensino foi sancionada no Estado de Santa Catarina) e o ano de 1950.

Em nossas pesquisas nos apoiamos em noções de cultura material escolar com o intuito de analisar o desenho material de escolas graduadas do Estado de Santa Catarina. Os objetos estão em foco por entendermos que a materialidade escolar pode trazer indícios e auxiliar na compreensão da escolarização e de práticas escolares.

Como elementos da materialidade escolar tem-se mapeado um conjunto de artefatos que vêm sendo estudados pelo Grupo Temático G3 “Cultura Material Escolar: A materialidade da escola primária graduada pelo estudo da cultura material escolar” (SE, MA, PR, GO e SC), que tem como um de seus objetivos a comparação das fontes encontradas nos diferentes estados e entre elas o mobiliário escolar⁴. Mas, será que um “simples” objeto é capaz de revelar algo? Conforme Abreu Junior (2005, p. 152):

A imanência dos objetos que compõem os acervos de cultura material escolar, longe de nos levar à dispersão e à frivolidade de experiências muito corriqueiras e pouco significativas, são um desafio à nossa atenção para indicadores que são importantes, justamente pelo fato de estarem sempre à vista, convidando-nos a superar o risco de percebê-los como banalidades.

À medida que nos debruçamos sobre as fontes, reforçamos o entendimento da importância dos artefatos, e dentro deles, para efeito deste trabalho, destacamos o mobiliário escolar. A presença ou ausência destes em uma escola são indicadores que auxiliam na compreensão do panorama igual ou desigual das escolas graduadas catarinenses, das distinções atribuídas à escola e ao sentido do trabalho docente, além da relação dos objetos com o desenvolvimento econômico e industrial. (GASPAR da SILVA, 2006)⁵.

É nesta perspectiva que, para subsidiar as análises que constam neste artigo, fazemos uso de diferentes fontes como, por exemplo, documentos oficiais que prescrevem ações nos grupos escolares, ofícios enviados ao Departamento de Instrução Pública e catálogos da fábrica Jorge Zipperer & Cia.

A MATERIALIDADE ESCOLAR EM FOCO

Falar sobre a cultura material escolar não é uma atividade que pode ser considerada simples, baseando-se nas ideias de Cândido (2005, p. 80) que afirma que “a noção de cultura material é por demais imprecisa para ser conceito, e convive com os riscos da apreensão imediata dos aspectos técnicos e funcionais, pela facilidade com que se sobrepõem aos outros significados do objeto”.

Múltiplas interpretações podem ser geradas ao se pesquisar uma história da educação a partir dos objetos, tendo em vista que um mesmo artefato pode ter inúmeros usos e significações. Dessa forma, para dar maior consistência às análises e reflexões é importante o cruzamento de diferentes fontes, não analisando os objetos isoladamente.

De acordo com Vidal e Gaspar da Silva (2010, p. 30), “São quase inexistentes as interpretações que privilegiam a materialidade da escola como





núcleo da análise ou que se interrogam sobre implementação de artefatos no espaço escolar”. Questionamos se esta ausência se deve à imprecisão da noção de cultura material escolar ou às insuficientes políticas de salvaguarda e preservação de acervos, o que pode dificultar pesquisas e análises mais precisas.

Na palavra das autoras,

No caso dos utensílios escolares carecemos de estudos que revelem com mais precisão conexões entre a idealização dos artefatos, as defesas de seus usos e sua fabricação e comercialização; ou seja, o mapa das rotas entre idealização, fabricação, comercialização e usos. (VIDAL e GASPAR da SILVA, 2010, p. 36).

Desafiados e buscando agregar contribuições à área, selecionamos como objeto de estudo uma fábrica sobre a qual o número de trabalhos ainda é escasso para iniciar as reflexões acerca dessas conexões entre idealização, fabricação, comercialização e usos dos utensílios escolares. A complexidade desta tarefa pode ser ilustrada tanto pela dificuldade na localização das fontes, quanto pelos desencontros em algumas das informações disponíveis nos poucos trabalhos já produzidos.

O MAPA DAS ROTAS

IDEALIZAÇÃO

Quando a escola foi criada, o que se ensinava era basicamente a leitura, não necessitando de carteiras para apoio dos materiais pedagógicos. Os objetos foram adentrando em seu espaço de acordo com as necessidades existentes, de tal forma que, ao longo dos anos, a configuração escolar foi se modificando, criando um campo fértil para a indústria, que passou a ver essa instituição como uma importante e forte compradora. (CASTRO, 2009).

No ano de 1874, "o doutor João Thomé da Silva, presidente da província de Santa Catarina, através da

Lei N. 699, de 11 de abril, decretou e sancionou a obrigatoriedade da instrução primária" (CASTRO, 2009, p. 13). Essa Lei teve como efeito imediato a necessidade de o Estado aumentar o número de escolas providas, entre outros artefatos, com mobiliário escolar.

Conforme estudos na área de história da educação, "Os primeiros anos do século XX marcam, em Santa Catarina, um período no qual os governantes buscaram diminuir distâncias entre os discursos sobre a educação e sua materialidade" (GASPAR da SILVA, 2006, p. 346). Essa tentativa é revelada pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914, presente no Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de S. Catharina, que prescrevia que em cada classe deveria existir mobílias específicas, como, por exemplo, carteiras higiênicas, armário de porta de vidro, escrivaninha com duas gavetas, estrado, uma cadeira para professor e uma ou duas para visitante, entre outros.

Essas prescrições estavam de acordo com as condutas higiênicas que desde o final do século XIX ganharam espaço nas escolas com o intuito de prevenir possíveis problemas de saúde, como miopia e má postura. Esses comportamentos influenciaram, inclusive, na construção arquitetônica dos grupos escolares e na produção e distribuição dos materiais para as instituições (CASTRO, 2009).

Esse contexto de fortalecimento de indústrias para o atendimento das novas demandas e de influências das concepções médico-higienistas se mantém ao longo do século XX, como pode ser observado nas fontes encontradas ao longo do processo de pesquisa.

Com as incursões realizadas, localizamos documentos de alguns grupos escolares do interior do Estado de Santa Catarina datados de 1931 e 1932 e que retratavam modelos de mobiliário escolar fornecidos pela fábrica Jorge Zipperer & CIA. Apesar de nossas



fontes tratem de objetos comprados nesse período, percebemos que as influências médico-higienistas marcantes nos finais do século XIX e início do século XX permanecem.

Como eixo norteador, fazemos uso, neste trabalho, do Regimento Interno dos Grupos Escolares de Santa Catarina do ano de 1914 tendo em vista que neste encontramos as prescrições dos materiais que devem estar presentes nas instituições no começo do século, mas que permanecem sendo adquiridas pelos grupos escolares na década de 1930.

FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

O Estado de Santa Catarina possui forte influência da imigração europeia, que, ao chegar ao fim do século XIX, trouxe consigo hábitos e culturas. Conforme Goularti Filho (2002, p. 90), “A extração da madeira constituía-se, na época, a fonte mais rápida, fácil e disponível de acumulação capitalista”. Nesse processo migratório e de colonização, se destacaram na região norte do estado a produção artesanal e o extrativismo, que com a grande quantidade de madeira, unida a outros fatores como a ampliação do mercado interno brasileiro, acabaram contribuindo para a transformação da hoje conhecida por São Bento do Sul na chamada Cidade dos Móveis.

Segundo dados do IBGE⁶, a construção da Estrada de Rodagem Dona Francisca em 1880 fez com que diversas famílias alemãs se transferissem para Rio Negrinho. Outra construção importante e que impulsionou a localidade foi a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande em 1910; com isso, começou a exportação de erva-mate e madeira em toras, o principal ramo de comércio da localidade. Nessa década⁷ foram iniciadas, em São Bento, as atividades da Firma Willy Jung e Companhia, fundada por Willy Jung e Jorge Zipperer. No ano de 1925 a firma passa a ser de-

nominada Jorge Zipperer e Cia. e, finalmente em 1954, muda sua razão social para Móveis CIMO S.A. (Companhia Industrial de Móveis) (KLOSTERMANN, 2007), que ganhou fama internacional por ter sido a maior fábrica de móveis da América Latina entre os anos de 1930 e 1960, de tal modo que seus móveis até hoje fazem parte de muitas escolas, auditórios, teatros e cinemas⁸.

Do final do século XIX até 1930, dá-se no Brasil a fase da expansão da indústria, conhecida por “transição industrial”. A partir dos anos 30, segundo os estudiosos da economia brasileira, introduz-se um novo modelo de acumulação, distinto quantitativa e qualitativamente das formas anteriores. (GONÇALVES, 2012): p.42).

Nesse contexto a fábrica Jorge Zipperer e CIA⁹ se destacou como uma referência no setor moveleiro, produzindo enorme variedade de produtos de alta qualidade e design e angariando reconhecimento e importância nacional, fato que incentiva estudos por diferentes áreas. Com esse perfil, pode ser entendida como uma indústria que se caracteriza como uma atividade “susceptível de promover a difusão setorial e espacial dos efeitos de encadeamento, em direção das atividades polarizadas, na região ou fora dela” (SOUZA, 2008): p. 58), ou seja, apresentou condições que impulsionaram atividades econômicas ligadas a ela e que trouxeram avanços significativos sobre a economia regional.

Um exemplo das atividades comerciais dessa fábrica em Santa Catarina pode ser encontrado em um ofício enviado para o então Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura, Cândido de Oliveira Ramos. Por meio desse documento¹⁰ (Figura 1) é possível identificar o atendimento a um requerimento, enviado por Grupos Escolares de Campo Alegre e Valões, para a compra de móveis.

Apesar de revelar a relação do Estado com essa fábrica, nesse documen-



to não conseguimos encontrar nenhuma informação sobre quais materiais foram fornecidos para esses grupos escolares, fato que frequentemente acontece nas pesquisas sobre cultura material escolar. Entretanto, no decorrer dos trabalhos encontramos uma fonte (Figura 2) que nos auxilia na tarefa de tentar compreender a composição do espaço escolar.

Esse documento¹¹ apresenta, na folha 276, uma proposta para o fornecimento de mobiliário a grupos escolares, apresentada pela fábrica Jorge Zipperer & CIA. Conforme observado em seu conteúdo, a proposta estava baseada em um edital da Diretoria de Instrução Pública e nela constava uma lista com mobílias que seriam compradas pelo Estado para compor os seguintes grupos escolares: Professor “LUIZ NEVES”, de Mafra; “BALDUINO CARDOSO”, de Porto União e

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, janeiro/dezembro de 1931.

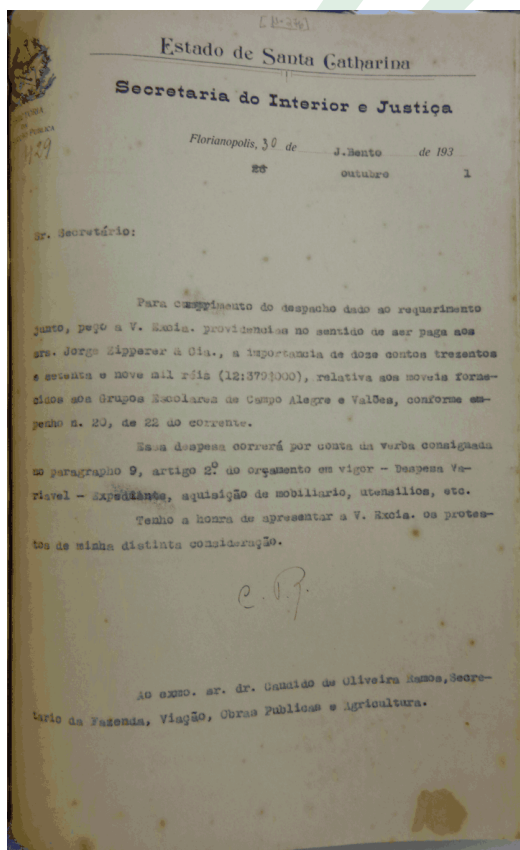


Figura 1 – Exemplo das atividades comerciais da fábrica com o Estado

“ANA CIDADE”, de Canoinhas.

Como exemplo de móveis listados pela fábrica, encontramos no documento: Carteiras dianteiras n. 0, Carteiras trazeiras n. 0, Carteiras completas, Poltronas N201, porta chapéu com seis cabides, quadros-negros, entre outros. Além disso, identificamos no orçamento que foi solicitada uma grande quantidade desses materiais, evidenciando assim, a necessidade que os grupos escolares tinham em adquiri-los. Essa grande quantidade que estava sendo orçada nos indicia acerca da possível carência que os grupos escolares poderiam ter quanto à mobília; ou a substituição de antigo mobiliário por móveis mais novos.

Orçamentos para fornecimento de mobiliário escolar não são exclusivos desse período, afirmativa que pode ser evidenciada no ofício do Diretor da Instrução Pública ao Cidadão Governador do ano de 1895. Neste, são solicitados alguns móveis, entre os quais, bancos, quadro-negro com cavalete e alguns cabides para chapéus, para a primeira escola do sexo masculino da Florianópolis de então. Segundo consta no documento¹², o diretor informa que encaminhou ao governador o orçamento do marceneiro Carlos Reimisch que se propôs a fazer os materiais por 247h000 réis.

Essa e outras fontes encontradas no decorrer da pesquisa, mostram que, mesmo com o passar do tempo e com a entrada de novos objetos na escola, a necessidade de provê-la materialmente permanece. As maneiras com que esse processo acontece, entretanto, são modificadas, solicitam-se agora as grandes indústrias, que passam a ocupar o espaço antes ocupado pelos marceneiros.

USOS

Ao debruçar-se sobre a materialidade da história da educação, tanto brasileira como catarinense, percebe-se que não basta descrever

as carteiras, seus tamanhos, cores, materiais, quantidades, posições ou até mesmo função. É necessário entendê-las a partir de seus usos sociais, na complexidade dos elementos que envolvem a escola. (CASTRO, 2009, p. 22).

Fonte: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, julho de 1932.

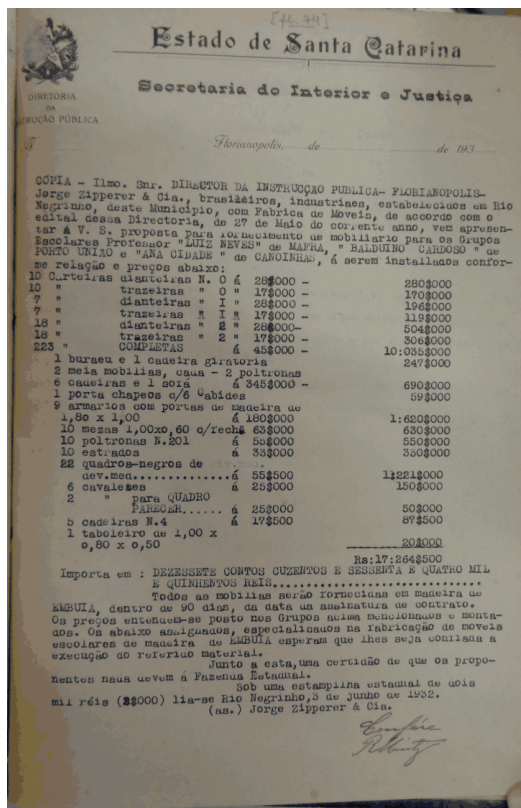


Figura 2 – Proposta para o fornecimento de mobiliário

Convergindo com as ideias da autora, pensamos sempre além do objeto encontrado, pois há uma história que este conta e é esta que tentamos compreender. A junção das fontes aqui citadas e de catálogos¹³ nos ajudaram a iniciar uma reflexão mais madura sobre os prováveis usos dos objetos fabricados pela indústria moveleira e fornecidos para os grupos escolares.

Apesar da proposta de fornecimento de mobiliário, encaminhada à Direção de Instrução Pública, retratar alguns móveis presentes no orçamento enviado pela fábrica Jorge Zipperer & CIA, somente com o acesso aos catálogos da fábrica conseguimos ter uma noção da materialidade propriamente

dita, de como eram esses utensílios, em grande parte construídos em madeira de imbuia (Figura 3). Anteriormente nossas análises estavam centradas em documentos escritos que apenas nos permitiam imaginar, divagar sobre como seriam esses móveis.

Na escola existem regras, costumes, e o mobiliário vem para confirmá-las e reforçá-las.

(...) los bienes de la escuela, que hasta poco fueron excluidos de los archivos de la memoria oficial - una memoria de hechos y obras notables - , y que ahora buscan, conversan y difunden, nos pertenecen porque nos definen como sujetos histórico-culturales y forman parte de nuestro relato vital. (BENITO, 2012): p. 16).

Como sujeitos histórico-culturais, agimos sobre os objetos que, por sua vez, exercem sua influência sobre nós, produzindo, assim, uma cultura. "Simples" carteiras escolares, por exemplo, além de servirem de apoio para a escrita, podem possibilitar uma maior disciplina entre os alunos e facilitar o controle sobre eles. Esse controle não precisa ser apenas comportamental, mas também na higienização dos corpos.

Com o anseio por entender o que significavam e como eram as Carteiras dianteiras, Carteiras trazeiras, estrados e outros objetos que constam na proposta para fornecimento de mobiliário para os grupos escolares do ano de 1932, recorremos à dissertação de Castro (2009) que nos faz percorrer a história das carteiras escolares e entender como sua forma e design podem permitir técnicas que aumentem a submissão do aluno. Apesar de a dissertação tratar exclusivamente de carteiras escolares algumas das ponderações podem ser estendidas a outros artefatos da escola (Figura 4).

Ao analisar os catálogos, foi possível perceber que as mobílias foram produzidas com uma tecnologia avançada para a época. A fábrica estava





Figura 3 – Móveis produzidos pela fábrica

atenta a um nicho do mercado que vinha solicitando e valorizando mobiliário mais sofisticado, por esse motivo, eram construídos móveis que, além de possuírem uma boa aparência, deveriam ser confortáveis e ergonômicos. Porém, nem todas as instituições tiveram a oportunidade de obter esses modernos aparatos; muitas escolas ainda careciam de uma boa estrutura para funcionamento, fazendo com que professores precisassem atuar em condições materiais bastante precárias. A partir daí, começamos a questionar se o mobiliário escolar poderia afetar as práticas de ensino nessas instituições.

Em diversos escritórios de Instrução Pública localizados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, observamos muitas reclamações de professores que trabalhavam em locais que careciam de móveis e utensílios de ensino. Deste modo, alguns docentes precisavam destinar parte de seus salários para adquirir ou reformar os móveis das escolas nas quais atuavam. Será este, então, um indício de que suas práticas eram afetadas pela falta de materiais? Ou os docentes conseguiam atingir seus objetivos pedagó-

gicos apesar das carências?

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em nosso processo de pesquisa, buscamos reunir informações acerca da fábrica de Móveis Cimo S/A e suas influências no cenário educativo catarinense. Apesar de ainda serem escassos os estudos, sabe-se que ela foi certamente uma das mais importantes empresas de produção seriada de móveis do Brasil, tendo um papel importante no desenvolvimento do município de Rio Negrinho e região.

Os documentos encontrados nos mostraram algumas atividades comerciais da empresa com o Estado de Santa Catarina para fornecimento de mobiliário para os grupos escolares, o que nos auxiliou para um melhor entendimento acerca da conexão entre a idealização, fabricação, comercialização e usos do mobiliário escolar. Entender esse movimento é essencial, pois a partir dele é possível refletir sobre diferentes questões.

A idealização do mobiliário escolar não acontece de forma aleatória e nesse tópico abordamos a entrada de



Figura 4 – Móveis produzidos pela fábrica

novos materiais na escola e como esta passa a ser para a indústria um forte mercado consumidor. Assim, identificamos que as condutas higienistas, presentes no século XIX, tiveram grande influência na confecção dos novos mobiliários, permanecendo no século XX.

Diretamente ligadas à idealização e à empresa estudada, a fabricação e comercialização retratam as relações existentes entre Estado/indústria/escola, que ao longo do tempo se modificaram devido às novas demandas que foram surgindo. Com as fontes encontradas, foi possível identificar também alguns dos materiais que eram comercializados.

A partir dos objetos, discutimos os usos que a escola poderia fazer destes e qual a sua influência no comportamento/disciplina de professores e alunos. Diante disso, questionamos se as

práticas pedagógicas necessariamente se modificam de acordo com o material disponível.

Como se davam essas práticas? Que meios os professores de grupos escolares e demais escolas pouco equipadas criavam para superar a falta de materiais? Que mercados alternativos surgiram em virtude dessa demanda?

Pensamos que para responder a tais questões é necessário realizar uma análise de diferentes fontes. Dessa forma, encontrar planos de aula que nos indiquem como o mobiliário era utilizado nas práticas escolares é importante, pois estes podem retratar como os profissionais da educação da época agiam diante do contexto em que estavam inseridos, com ou sem mobiliários adequados. Eis um dos desafios que nos esperamos nos próximos investimentos.





NOTAS EXPLICATIVAS

- ¹ Antes da fábrica passar a ser conhecida como Móveis CIMO S.A., esta teve várias razões sociais, sendo uma delas Jorge Zipperer & Cia.
- ² Segundo dados do IBGE, “Em 1911, o Município era formado por um só distrito, o de igual designação, já em 1933, aparece constituído pelo distrito-sede e pelo de Rio Negrinho.”, que em 1953 é elevado a categoria de Município. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>, acesso 28 jun, 21h42.
- ³ Essas reflexões se dão a partir do Projeto de Pesquisa “OBJETOS DA ESCOLA: Cultura Material da Escola Graduada (1874-1950) – 2ª edição (CNPq/FAPESC/UEDESC)”, coordenado pela Professora Dr.ª Vera Lucia Gaspar da Silva. Tal projeto se vincula à pesquisa Nacional “História da Escola Primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (1930 – 1961)”, dirigido pela Professora Dr.ª Rosa Fátima de Souza.
- ⁴ Parte dessas comparações podem ser encontradas no livro “CULTURA MATERIAL ESCOLAR: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)” organizado por César Augusto Castro.
- ⁵ Essa reflexão foi originada a partir de uma apresentação realizada por Vera Lucia Gaspar da Silva no “II Seminário: A materialidade da escola primária pelo estudo da cultura material escolar”, realizado em Curitiba-PR nos dias 01 e 02 de dezembro de 2011.
- ⁶ Dados coletados em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=421500#>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- ⁷ Em virtude da imprecisão das informações encontradas, optamos por não especificar o ano de início das atividades da firma, em algumas fontes encontramos menção ao ano de 1912 e em outra, 1918.
- ⁸ FONTOURA, Ivens. Móvel, o Melhor amigo do Homem. O Estado do Paraná, 28/05/00, p. 04.
- ⁹ Empresa que futuramente seria conhecida por Móveis CIMO S/A.
- ¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Minutas da Diretoria de Instrução Pública para Diversos, fl. 276. Janeiro/Dezembro de 1931.
- ¹¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Minutas da Diretoria de Instrução Pública para Diversos, fl. 74. Julho de 1932.
- ¹² ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Cidadao Governador, Jan/Dez de 1895. Florianópolis: sn.
- ¹³ Esses catálogos estão anexados na monografia de Lara Anelise Klostermann, intitulada “Banco de imagens de catálogos da Móveis CIMO S/A”, orientada pela Prof.ª Laís Cristina Licheski e apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, no ano de 2007.



ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Ofícios do Diretor da Instrução Pública ao Cidadão Governador, Jan/Dez de 1895. Florianópolis: sn.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Minutas da Diretoria de Instrução Pública para Diversos. Janeiro/Dezembro de 1931.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Minutas da Diretoria de Instrução Pública para Diversos. Julho de 1932.

KLOSTERMANN, Lara Anelise. Banco de Imagens de Catálogos da Móveis CIMO S/A. Monografia apresentada à Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curso de Especialização em Design de Interiores. Curitiba 2007 Orientadora: Laís Cristina Licheski.

SANTA CATARINA. Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto n° 795, de 2 de maio de 1914. (Localizado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

REFERÊNCIAS

ABREU JUNIOR, L. M. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. Pro-Posições, v. 16, n. 1 (46), p. 145-164, jan./abr. 2005.

BENITO, A. E. Las materialidades de la escuela. In:___ SILVA, G., *et al.* Objetos da Escola: Espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

CÂNDIDO, M. M. D. Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. Cadernos do CEOM n. 21, p. 392, 2005.

CASTRO, R. X. S. Da cadeira às carteiras escolares individuais: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914). 2009. (Dissertação). Centro de Ciências Humanas e da Educação. Universidade do Estado de Santa Catarina, Santa Catarina.

GASPAR DA SILVA, V. L. Vitrines

da república: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In:___ VIDAL, D. G. Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). São Paulo: Mercado de Letras, 2006. p.341-376.

GONÇALVES, R. C. A arquitetura como uma dimensão material das culturas escolares. In:___ GASPAR DA SILVA, V. L.; PETRY, M. G. Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – Séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina: Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

KLOSTERMANN, L. A. Banco de imagens de catálogos da móveis CIMO S/A. 2007. (Monografia de Especialização). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba